



COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Conselho Deliberativo—Amadeu Cury (presidente), Celso Barroso Leite (diretor-executivo), Edrízio Barbosa Pinto (representante do Departamento de Assuntos Universitários), Eduardo Faraco, Elon Lages Lima (representante do Conselho Nacional de Pesquisas), Hélios Homero Bernardi, José Walter Bautista Vidal, Maria Aparecida Pourchet Campos, Mário Werneck de Alencar Lima, Orlando Magalhães Carvalho, Pedro Calheiros Bonfim (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), Vasco Mariz.

Integração Universidade Empresa, um Desafio

“O desafio que constitui esta nação não poderão faltar as duas grandes molas propulsoras do progresso: a Universidade e a Empresa. Do seu dinamismo e de sua adequação ao modelo brasileiro dependem o desenvolvimento e a segurança. Este objetivo pressupõe obviamente a visão que atribui prioridade absoluta à valorização do homem, mola e destinatário natural do desenvolvimento.”

Estas considerações são do Prof. Tarcísio Padilha, em palestra que pronunciou no auditório do Ministério da Educação e Cultura, em ciclo de conferências organizado pela Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra, quando afirmou:

“Nesta quadra de nossa conjuntura em que o desenvolvimento, com liberdade é o escopo fundamental, onde a liberdade coexiste com responsabilidade, Universidade e Empresa devem dar-se as mãos, na certeza de que sua integração desejável é uma das condições do desenvolvimento e penhor de segurança.”

Depois de caracterizar nossa era como de transformação radical e falar das aquisições preciosas que se incorporam ao acervo cultural da humanidade, interrogou o conferencista:

“Poderá a cultura, como diferencial que é no contexto da participação do homem na comunidade, ensinar-lhe ao mesmo tempo um maior engajamento em termos de doação individual à comunidade

e ainda uma expressiva melhoria de padrão de vida que traduza uma mais justa distribuição da riqueza?

"O problema assim situado retira à Universidade e à Empresa qualquer eventual pretensão de alheamento da comunidade. E em termos de inserção em seu contexto que a matéria deve ser focalizada, sob pena de incidirmos num plano puramente acadêmico, quando o que cumpre nesta problemática é pensar como homem de ação e agir como homem de pensamento."

Para o Prof. Tarcísio Padilha, recentemente nomeado membro do Conselho Federal de Educação, se a Universidade e a Empresa se inserem na comunidade e constituem ambas e cada uma de per si um fator multiplicador da riqueza, "o conhecimento pode e deve servir de ponte, de via de acesso" a essa mesma riqueza. Isto porque, segundo acentuou, o capital parece ter cedido ao conhecimento o lugar prioritário entre os fatores de produção. "O conhecimento pode operar assim a transformação que as instituições políticas não propiciaram. E tal objetivo superior está a exigir um esforço sinérgico da Universidade e da Empresa, cuja distância e descon-fiança, por vezes contraditórias, precisam ser eliminadas."

"A evolução histórica atesta o continuado aumento de poder que o conhecimento exprime. Hoje, o capital cede ao conhecimento o papel de árbitro das decisões no âmbito das empresas. O eixo do poder decisório no alto escalão empresarial passou do capitalista para o técnico qualificado", disse o conferencista, enfatizando:

"Nos diversos setores governamentais, o fenômeno também se verifica. É certo que a decisão final é política, no sentido em que é uma decisão de poder. Mas a tomada de decisão e o processo que a precede se calcam no conhecimento, tornando, assim, cada vez mais imperiosa a participação do conhecimento especializado na decisão política.

"Se nos voltarmos para a Universidade patenteia-se à sociedade a sua participação na comunidade, na medida em que ela lhe fornece os quadros dirigentes, em que ela transmite o saber, desenvolve o conhecimento e ensina a realização pessoal de quantos

revelam pendor pronunciado para a criação. O conhecimento traz em seu bôjo, porém, uma maior soma de responsabilidade social, pelo que a Universidade não pode descurar o exame objetivo da oferta possível de carreiras. Há que se falar assim num sentido ético da oferta universitária, seja porque a comunidade a sustenta e tem direito de exigir que a Universidade atenda às suas reais necessidades, seja porque o estudante quando nela ingressa aumenta seu nível de aspiração e a reversão de expectativa, em face da eventual decepção, pode constituir-se em fator do equilíbrio social. Acreditamos que o fôssco entre a Universidade e a comunidade, através de um planejamento inadequado, pode agravar as tensões sociais, alimentando-as num nível em que a frustração dispõe de maiores recursos para interferir perigosamente na conjuntura. Isto não implica em adstringir a Universidade a um mero registro de carreiras oferecidas em função de um critério rígido, jungido ao mercado de trabalho. Sua função não se exaure no simples atendimento às necessidades mais prementes da sociedade, no que tange à qualificação profissional. É bem de ver que bem mais amplas são as suas finalidades, especialmente aquelas que a vinculam à transmissão do saber, à criatividade humana."

Para o Prof. Tarcísio Padilha, em países como o nosso, carentes de uma elite mais numerosa e expressiva, que possa responder ao desafio do futuro, é doloroso assistir-se ao processo de aviltamento cultural pregado pelas esquerdas, totalmente divorciadas dos objetivos nacionais permanentes. Suas previsões catastróficas, quando o poder lhes foge das mãos, só é comparável, segundo enfatizou, à euforia nada objetiva com que antecipam a tomada do poder, prova visível de sua alienação, de que tanto acusam os que se lhes opõem.

"Em conclusão", acrescentou, "sustentamos que a pregação ideológica, ainda que movida pelo sincero desejo de queimar etapas, visando a um mais rápido desenvolvimento sócio-econômico, deve ser evitada. Não devemos pagar êsse preço, pois na calda da ideologia surge invariavelmente a fuga à realidade e à objetividade, que constituem o penhor de um desenvolvimento orgânico e não artificial."

Forum de Opiniões

Passarinho Falou aos Estudantes e Deputados

Em conferência que pronunciou para os estudantes da Universidade Mackenzie, em São Paulo, o Ministro Jarbas Passarinho conclamou-os —e aos demais universitários de todo o País— a participarem com o Governo do esforço comum pela solução dos problemas educacionais. Esta integração, entretanto, não teria o sentido de uma adesão ao Governo, segundo acentuou.

Na Câmara dos Deputados, onde falou durante quatro horas, o Ministro Jarbas Passarinho voltou a analisar a situação do ensino brasileiro, acrescentando que a batalha contra o analfabetismo está sendo ganha em termos percentuais, mas "talvez esteja sendo perdida em termos absolutos".

MACKENZIE—Cerca de 1.500 estudantes lotaram o Auditório Rui Barbosa, da Universidade Mackenzie, para ouvir o Ministro, que inicialmente relatou suas dificuldades:

"Passamos os primeiros meses no Ministério fazendo um diagnóstico sobre o que deveríamos enfrentar em termos de Educação, e seria profundamente ineficiente se passássemos outros seis meses criticando as deficiências dos órgãos oficiais ligados ao assunto, sem que partíssemos para a terapia com base neste diagnóstico.

Os estudantes, durante os debates que se seguiram à conferência, demonstraram interesse pela forma como poderiam participar do programa de alfabetização. O Ministro, depois de esclarecer que não encontrou uma solução, porque os estudos encomendados ainda não lhe foram entregues, deixou claro que aproveitará a disposição dos universitários, convocando-os, quando a campanha for concretamente instalada.

Sobre o problema da implantação de uma assessoria estudantil no MEC, disse:

"Eu poderia até me reservar o direito de dizer que não fui eu que pensei na assessoria estudantil, mas venho de uma área onde se diz assim: "O chefe é o único responsável por tudo o que se faz ou se deixa de fazer em sua unidade." Então, meu Diretor de Divisão de Ensino Extra-Escolar pensou na assessoria estudantil e me convenceu da idéia."

O Ministro Jarbas Passarinho afiançou que o objetivo era criar representações estudantis regionais, tiradas de listas sêxtuplas apresentadas pelos estudantes, mas verificou então a primeira grande distorção do seu pensamento: alguns estudantes declararam à imprensa que a representação só seria legítima se fosse por eleição direta.

"A assessoria é executiva", explicou, "e eu nomeio quem quiser, se a Constituição permitir e o Serviço Nacional de Informações deixar. É o mecanismo atual, mas fui mal entendido pelos radicais que não desejam qualquer tipo de aproximação com o Governo."

Afirmou o Sr. Jarbas Passarinho que, se isso for interpretado como um recuo, ele concordará, "pois terei recuado da idéia, mas não me terei considerado derrotado".

NA CÂMARA—Aos deputados explicou o Ministro Jarbas Passarinho que a Secretaria-Geral do MEC já preparou o planejamento setorial que será executado até 1974, composto de 21 projetos, 10 dos quais prioritários, detendo-se na análise de cada um dos projetos.

Sobre Educação Moral e Civismo, declarou o Ministro Jarbas Passarinho:

"Acho que o problema de Moral e Civismo, sobretudo, deveria ser ministrado de tal modo que, na área primária, ele fosse um livro altamente ilustrado: as figuras falam mais do que as palavras. No ensino secundário, livros como a "História de Machado de Assis", em quadrinhos, para que o aluno, hoje acostumado a esse tipo de história, pudesse lê-la e visse que se tratava de um homem que tinha todas as condições para ser arrasado na sociedade, mas que, no entanto, se afirmou na literatura brasileira como seu vulto mais notável."

Para o livro didático crê o Ministro ser possível a adoção de uma nova política que impeça sua constante mudança pelas escolas:

“Eu não quero o livro único, mas também não quero que o leque se abra tanto que o consumidor seja, em último caso, o prejudicado. A única forma de proteger o consumidor é utilizar o Governo como poder moderador. E a única forma de baratear o livro é aumentar a tiragem até o ponto de saturação.” Acrescentou que o sistema de co-edição deverá garantir isto.

Quanto ao livro científico de nível superior, “estamos iniciando o processo agora, através de um decreto do Presidente Médici, com 10 milhões de cruzeiros para co-editar obras que não tinham até agora sido editadas em português.

Assegurou o Ministro da Educação que está empenhado na reformulação do ensino:

“Vamos deixar de ter ensino do tipo discursivo, e vamos realizá-lo respeitando a formação de cada criança, de cada adolescente. Que a primeira fase seja útil, a segunda pré-profissional e a terceira profissional, antes de chegarmos ao nível superior. Precisamos compreender que não podemos mais continuar olhando a pirâmide voltados exclusivamente para os 11 que se salvaram da guerra, que se inicia com mil. Há de se fazer sentir a este país que não é preciso ser doutor para ajudá-lo a crescer, que o técnico de nível médio é tão importante quanto o técnico de nível superior. É este o nosso objetivo através do ginásio orientado para o trabalho, através da combinação do curso primário com as quatro séries do curso secundário, que nós estamos chamando de curso fundamental. Nesses oito anos seguidos vamos repensar o ensino, fazer com que os currículos sejam adequados à sociedade em que estamos, para desenvolver o Brasil.”

Mais adiante o Ministro da Educação situou o prosseguimento da política educacional do Governo:

- 1—No secundário: expansão da rede pública e ampliação das escolas particulares, através de subvenções, cabendo importante papel ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- 2—No ensino superior: expansão da rede pública e modificação do critério do vestibular.

“Estamos assistindo”, disse, “neste País a uma espécie de nova atividade: o caixeiro viajante de vestibular. O rapaz usa seus recursos

pessoais ou vai até se endividando para fazer face às despesas com o deslocamento para diversas cidades, a fim de submeter-se a sucessivos exames vestibulares. O nosso objetivo é fazer os exames vestibulares em uma mesma data, para os campos de estudos afins, em tôdas as regiões. Com isto impediremos um tipo de seletividade antidemocrática, baseada exclusivamente na potencialidade do dinheiro.”

Couceiro: Primeiro uma Base Científica, Depois o Ministério

“Só um país que tenha o mínimo de 40 ou 50 cientistas pode pensar em criar um Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho que no momento o Brasil precisa é de mais cientistas. Criar, agora, o Ministério de Ciência e Tecnologia é pretender crescer do alto para baixo. Precisamos primeiro construir uma base sólida e bem formada. Mesmo porque um Ministério deve refletir o pensamento daqueles que o operam.”

É o que afirma o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Prof. Antônio Moreira Couceiro, em defesa de tese contrária à do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, favorável à imediata criação daquele Ministério.

Explicou o Prof. Antônio Moreira Couceiro ser esta a sua posição, não como presidente do CNPq, mas como pesquisador.

“Meu pensamento é este: vamos primeiro fazer a nossa centena de milhar de cientistas. Depois, com esse apoio e as sugestões dessa massa de cientistas, pensemos, então, no Ministério. Outros países chegaram a criar seus Ministérios de Ciência e Tecnologia e, mais tarde, tiveram de dissolvê-los, optando pelos Conselhos de Pesquisas.”

Confirmou que o Governo está estudando uma política de paridade salarial entre os professores universitários e os pesquisadores. A sugestão partiu do próprio Ministro do Planejamento, Prof. João Paulo dos Reis Velloso. A medida—que beneficiará os pesquisadores optantes pelo regime de dedicação exclusiva, em tôdas as áreas da pesquisa científica e não apenas nas universidades—foi examinada quando se realizaram os estudos da reforma universitária. Previu-se, então, que as instituições de pesquisas junto às universidades teriam

seus melhores elementos alijados da pesquisa para o ensino, em decorrência da disparidade salarial. O meio de evitar o problema seria—como ficou definido quando se debateu a reforma universitária—estabelecer a equivalência de vencimentos entre professores e pesquisadores.

A rigor, segundo o presidente do CNPq, esta previsão já se está fazendo sentir nos institutos de pesquisas agronômicas do Ministério da Agricultura, da maior importância para a produção de alimentos. Na rede de institutos que o Ministério da Agricultura mantém em Belém, Recife, Salvador, Km 47 (Estado do Rio), e Rio Grande do Sul—vizinhos que são das escolas de agronomia, agora transferidas para o Ministério da Educação—seus mais destacados pesquisadores e chefes de equipe optaram pelo salário de professor, em regime de dedicação exclusiva.

Dá ser indispensável a similitude de vencimento. De outra forma, a pesquisa ficará relegada a segundo plano. No projeto, explicou o presidente do CNPq, há uma norma que considera a experiência e a capacidade dos pesquisadores de *formar escola*, para efeito de escalonamento salarial. A par disso, considera apenas a possibilidade de dedicação exclusiva, não admitindo, de nenhum modo, o trabalho do pesquisador em tempo parcial.

A nova política salarial proposta tem um alto significado para o desenvolvimento científico do País. E, segundo o Prof. Antônio Moreira Couceiro, se reflete de duas maneiras: 1) Dá ao pesquisador mais tranquilidade, pois ele não fica na dependência da concessão de uma bolsa; 2) libera o CNPq da responsabilidade de manter cerca de mil cientistas. Com os recursos provenientes da adoção dessa nova política de salários, o Conselho—caso, como espera o seu presidente, ela seja aprovada—poderá reforçar o quadro de pesquisadores e garantir trabalho certo na pesquisa científica aos jovens que estão concluindo seus cursos de Mestrado e Doutorado, no País e no Exterior.

“O que vai ocorrer”, afirma ainda o Prof. Antônio Moreira Couceiro, “é que, com o aumento de oportunidades, os bolsistas viajarão para o Exterior certos de sua absorção. Há ainda a possibilidade de convidar cientistas estrangeiros para virem colaborar no desenvolvimento brasileiro.”

Explicou que o retorno dos pesquisadores brasileiros e a vinda dos cientistas estrangeiros decorre não apenas da política salarial

mas também da existência de equipamentos modernos que possibilitem um trabalho científico em nível internacional. Por isso, o Conselho Nacional de Pesquisas tem se preocupado muito com o reequipamento dos laboratórios brasileiros, alguns dos quais já se aproximam do ideal. Mas os aparelhos são caros e exigem equipes numerosas para tornar sua aquisição econômica, pelo seu aproveitamento total.

Solero Elogia os Novos Currículos de Medicina

O Prof. Lauro Solero, Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que o novo currículo mínimo para o Curso de Medicina, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, “veio melhorar o nível e representa um passo à frente na objetividade do ensino”, e sua implantação não terá problemas “porque estamos nos preparando desde o ano passado, quando surgiu a reforma universitária, para esse tipo de curso.”

Afirmou que o objetivo principal da escola, com o novo currículo, é “dar maior motivação ao aluno, para, o mais cedo possível, chegar à compreensão de que está aprendendo o indispensável à sua formação de médico, odontólogo ou enfermeiro.”

Após acrescentar que o período preparatório de 1969 deu tranquilidade para operar com o novo currículo, o Prof. Lauro Solero salientou que as modificações, para o Instituto, não são fundamentais, sobretudo na área biomédica, onde foi mantida a disciplina de Biologia, imprescindível à formação do médico, que forma parte do Departamento de Ciências Fisiológicas, composto ainda por Biofísica, Bioquímica, Fisiologia, esta atendendo a dois pontos: Farmacologia Básica ou Geral e Farmacologia Aplicada, também chamada Clínica. A Farmacologia Clínica deve ser ensinada quando o aluno já tem contato com o doente, de forma que possa estabelecer relação entre o estudo e o que está assistindo, tanto nos laboratórios quanto na clínica.

“Esse mesmo critério”, disse, “pode ser admitido para o ensino da Patologia, cuja primeira parte está no Ciclo Básico, completado pelo período de formação. Estamos tentando no Instituto de Ciências Biomédicas estabelecer a correlação e integração das matérias, não só de nível departamental Biomédico, mas também no setor de aplicação.”

Ciência Exige Mais Recursos para Desenvolvimento na AL

Não é só o Brasil que tem dificuldades financeiras para seu desenvolvimento científico e tecnológico. O problema é de toda a América Latina. E o motivo é comum a todos os países latino-americanos: os recursos destinados ao financiamento das pesquisas são insuficientes para o nível dos programas que necessitam executar para alcançar o progresso científico e tecnológico compatível com suas necessidades.

É o que se depreende das declarações feitas, no Rio, na Academia Brasileira de Ciências, por representantes da Organização dos Estados Americanos e pelos responsáveis, no Brasil, pelos programas multinacionais aprovados pelo Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura daquela instituição.

Segundo informou o Sr. Ralph Getz, Assessor do Secretário-Geral da OEA, Sr. Galo Plaza, na reunião de Maracai, Venezuela, ficara decidida a instituição de um fundo de 25 milhões de dólares para o financiamento dos projetos multinacionais a cargo do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura, então denominado Conselho Interamericano de Cultura.

Ocorre que jamais se conseguiu alcançar esse teto. Os recursos chegaram apenas a 7,2 milhões de dólares, embora no momento esteja em discussão a votação de uma verba de US\$ 15 milhões. Pelo antigo programa, 15 milhões de dólares seriam destinados aos projetos científicos e 10 milhões de dólares aos educacionais. Também ficou acordado que cada país contribuiria com o que pudesse, enquanto que os Estados Unidos aplicariam no fundo dois dólares para cada dólar aplicado pelos países latino-americanos. Disso resulta, segundo acentuou o Sr. Ralph Getz, que a contribuição da América Latina é de 34% e a dos Estados Unidos de 66%.

MESAS-REDONDAS—Essas explicações fazem parte de uma série de mesas-redondas que a OEA vem patrocinando em vários países-membros para explicar a situação dos projetos multinacionais a cargo do Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura.

O Sr. Felipe Sanfuentes, da OEA, fez longa exposição dos objetivos da promoção: 1) difundir as finalidades, metas e significado dos projetos regionais e multinacionais aprovados pela Organização dos Estados Americanos; 2) fomentar estreito contato entre os funcionários, educadores e cientistas vinculados aos programas; 3) promover um ambiente favorável ao fomento das atividades relacionadas com a Educação, a Ciência e a Tecnologia.

No Rio, os trabalhos foram abertos pelo Prof. Délton de Matos, Subsecretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura.

O Prof. Antônio Moreira Couceiro falou sobre política científica nacional, informando que no seu entender a pós-graduação no campo científico tem de ser em nível internacional e intimamente ligada ao processo de desenvolvimento industrial, acrescentando que o Conselho Nacional de Pesquisas, do qual é presidente, mantém convênio com vários países, entre os quais os Estados Unidos, França, Canadá, Itália e Inglaterra.

Depois de dizer que cerca de dois mil estudantes de outras nações latino-americanas estudam em universidades brasileiras, externou a opinião de que no mundo de hoje nenhum país pode mais viver como ilha em matéria científica.

No mesmo sentido foram as declarações do Prof. Heitor Gonçalves de Souza, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que falou sobre o Programa Regional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Projeto Multinacional de Física. Para ele, os projetos multinacionais são esforços no sentido de obter um impulso no processo de desenvolvimento da América Latina. Além disso, esses programas, pelo menos no caso da Física, têm um sentido de integração dos cientistas latino-americanos, que não existia anteriormente. No Brasil, o projeto está sendo executado em cinco centros, na Guanabara (Instituto de Física da PUC e Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), em São Paulo (Instituto de Física da Universidade de São Paulo e Escola de Engenharia de São Carlos) e no Rio Grande do Sul (Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

A seguir falaram sobre os demais projetos o Prof. Leopoldo Nachbin, pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Rio de

Janeiro) e Instituto de Matemática e Estatística (São Paulo); Lídia Donadio Batista, da Comissão Nacional de Energia Nuclear; Félix von Ranke, sobre o projeto multinacional de normas técnicas; e Paulo Dutra, Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, sobre a educação técnica e a formação profissional.

Centro de Estudos Brasileiros

Com a presença do Ministro da Educação e do Ministro de Informações da Guiana Inglesa, além de outras altas autoridades daquele país, foi inaugurado em Georgetown um Centro de Estudos Brasileiros, já em pleno funcionamento, com oito turmas de alunos. É o que informa o Embaixador José Horácio da Cunha Garcia, nosso representante naquele país.

Universidade Vai Preparar Para Carreira Diplomática

Após entendimentos entre o Reitor Caio Benjamin Dias e o Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Diretor do Instituto Rio Branco, a Universidade de Brasília deverá ser utilizada como centro de preparação dos candidatos à carreira diplomática.

A experiência preliminar terá início imediato, com a organização de cursos para os candidatos às 100 vagas de oficial de Chancelaria do Itamarati.

No encontro com o Reitor Caio Benjamin Dias, o Diretor do Instituto Rio Branco examinou também a possibilidade de a Universidade de Brasília colaborar com o Itamarati na realização de um ciclo de conferências do Instituto Rio Branco sobre a ONU, por ocasião do 25º aniversário daquela entidade.

A organização dos cursos de preparação dos candidatos ao curso para oficial de Chancelaria será o primeiro passo para que a Universidade de Brasília venha a atuar como centro de formação de pessoal para o Itamarati.

Numa segunda etapa, através de convênio a ser assinado com o Itamarati, a Universidade de Brasília passará a cuidar do preparo

de candidatos ao Instituto Rio Branco para ingresso na carreira diplomática.

Pesquisa Antropológica Recebe Auxílio da Ford

A Fundação Ford concedeu à Universidade Federal do Rio de Janeiro um auxílio de US\$ 305.000,00, renovando seu apoio ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, que se realiza no âmbito das atividades da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, em convênio com o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

À primeira doação, feita há dois anos, seguiu-se a de agora, concedida para manter e desenvolver a programação de cursos e de pesquisas, através da complementação de salários de professores, bolsas de pesquisas e de estudos, biblioteca, contratação de professores-visitantes, viagens de estudo e aperfeiçoamento no Exterior.

Estágio para Alunos de Economia

A Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais, através de seu Diretor, Prof. Ivar Vieira Campos, fez um apêlo às empresas do Estado, no sentido de que facilitem o estágio de universitários.

Segundo o Prof. Vieira Campos, no setor de contabilidade, os alunos da FACE realizam estudos especiais de técnica comercial, apropriação de custos, auditoria, legislação social, legislação fiscal-tributária e outras matérias relacionadas com a economia de empresa. Na área de administração, recebem lições de organização e métodos, mercadologia, administração de pessoal, de material e da produção, estatística aplicada, orçamento e administração financeira, além de outras ligadas à gestão das empresas. No campo da economia recebem preparo objetivo em macro e microeconomia, notadamente quanto à análise de custos, formação de preços, teorias da produção e do consumidor, estatística aplicada, pesquisa operacional, finanças

das empresas e outros conhecimentos de aplicação imediata nas atividades empresariais.

Explicou o Diretor da FACE que, depois da Portaria 1.002, de 29-9-67, do Ministério do Trabalho e Presidência Social (quando titular daquela Pasta o atual Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho), não há mais motivo para receio dos empresários quanto a implicações de caráter trabalhista e fiscal, relacionadas com a aceitação de estagiários.

Os alunos estagiários geralmente trabalham no período da tarde, cumprindo horário de 5 horas, de segunda a sexta-feira. A maioria das empresas vêm-lhes atribuindo remuneração entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 300,00 e, levando-se em conta que não pesa qualquer encargo social sobre os salários dos alunos estagiários, as dimensões financeiras são satisfatórias para a maioria das empresas.

Projeto da Câmara Tem Apoio do MEC

O Ministério da Educação e Cultura manifestou à Câmara dos Deputados seu apoio a um projeto, segundo o qual, as empresas que contratam com o Governo deverão empregar, como estagiários, estudantes universitários e do ensino médio que cursem escolas profissionais.

Estabelece o projeto que as empresas concessionárias de serviços públicos, encarregadas de fornecimentos ou da execução de obras públicas, beneficiárias de incentivos fiscais ou da proibição da importação de similar estrangeiro ou que tenham "qualquer outra forma de assistência econômico-financeira por parte do poder público", ficam "integradas no sistema de formação de pessoal técnico e de mão-de-obra especializada".

Os editais de concorrência para concessão de serviços públicos ou obras de valor superior a 500 mil cruzeiros devem incluir entre as exigências a obrigação de assegurar o estágio. Prevê-se ainda que o estagiário perceba da empresa uma bolsa de estudo no valor mensal de um salário-mínimo, quando universitário, ou de

meio salário-mínimo quando secundarista. O horário de trabalho dos estagiários ficará sendo o mesmo dos outros empregados.

A duração do estágio deve ser no máximo de seis meses e no mínimo de três. O encaminhamento dos estagiários fica a cargo de uma comissão a ser criada no Ministério da Educação e Cultura, a qual deverá também propor a regulamentação da lei.

Curso de Geologia é Projeto na UFMG

O Diretor do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Prof. Alisson Pereira Guimarães, encaminhou ao Reitor Marcelo de Vasconcelos Coelho projeto de criação do Curso de Geologia, organizado por uma comissão de especialistas, presidida pelo Prof. Jaime Rodrigues Branco e integrada pelos Profs. Aluísio Licínio de Miranda Barbosa, Benedito Paulo Alves, João Henrique Grossi Sad, Roberto Nogueira Cardoso e Roberto Luciano Leste Murta.

O currículo proposto foi dividido em oito semestres: 1º—Cálculo Integral I, Química I, Física I, Geometria Analítica, Desenho Topográfico e Geológico; 2º—Cálculo Integral II, Química II, Física II, Cálculo Vetorial, Topografia e Mapeamento Topográfico; 3º—Cálculo Integral III, Química III, Física III, Mineralogia, Geologia Física; 4º—Geometria Descritiva Aplicada, Paleontologia Estratigráfica, Ótica Cristalina, Petrografia Macroscópica, Geologia Histórica; 5º—Geologia Estrutural, Geomorfologia, Estratigrafia, Petrologia Ígnea e Metamórfica, Petrologia Microscópica; 6º—Gequímica Teórica, Geofísica I, Geologia de Campo, Fotogeologia; 7º—Prospecção Geoquímica, Geofísica II, Geologia Econômica, Hidrogeologia, Geologia do Brasil; 8º—Geologia do Petróleo, Economia e Legislação Minerais, Geologia Aplicada à Engenharia, Noções de Lavra de Minas, Prospecção.

Destaca a comissão que Belo Horizonte, por sua concentração demográfica, pela condição de capital do Estado da Federação mais importante em recursos minerais e pelos recursos de que dispõe, em setores básicos, a própria Universidade Federal de Minas Gerais, é a cidade mais indicada para sede de um curso de formação de geólogos.

Mundo Universitária

Ilha do Fundão — 4 Horas da Tarde

Cidade Universitária, Ilha do Fundão, quatro horas da tarde. Nos blocos, há algum tempo que as atividades escolares cessaram. Dentro de meia hora também terminará o expediente administrativo. Num dos blocos, porém, alunos e professores continuam seus debates sobre teses em preparação, experiências de laboratório, teorias novas que possam explicar velhos problemas. É o bloco G, o penúltimo do conjunto em que se instalaram as unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro que se dedicam à pesquisa nos campos da Ciência e da Tecnologia. Ali funciona a Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia, que, sob a sigla COPPE, mantém o maior centro de preparação de cientistas da América Latina e Caribe, no setor da Engenharia, e forma 80 por cento dos pesquisadores brasileiros nos diversos ramos deste setor.

A sugestão está na própria sigla COPPE; a cooperação técnico-científica internacional possibilita a manutenção de cursos em nível comparável ao das melhores instituições de ensino do mundo. Dezenas de cientistas estrangeiros são convidados a participar do corpo docente da COPPE e ali trabalham em períodos de poucos meses ou superiores a um ano, conforme o programa. No momento, dentre os 130 professores da COPPE, 26 são estrangeiros: dez da França, cinco dos Estados Unidos, três da União Soviética, dois da Alemanha, cinco da Inglaterra e um do Canadá, todos com a permanência mínima de um ano. Está prevista a participação de mais cinco cientistas norte-americanos, quatro da Inglaterra, três da França e um de Trindade e Tobago.

A colaboração dos cientistas estrangeiros é resultante de acordos entre o Governo brasileiro e Governos daqueles países, Organização

dos Estados Americanos, Comissão Fulbright, Fundação Rockefeller, Agência Internacional para o Desenvolvimento e Comitê Europeu de Imigração.

Entretanto, o Prof. Luís Alberto Coimbra, coordenador da COPPE, faz questão de ressaltar a importância da volta dos cientistas brasileiros que estavam radicados no Exterior como fator decisivo no sucesso do trabalho que aquele organismo está levando a efeito no campo científico.

Os principais recursos financeiros da COPPE provêm do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Conselho Nacional de Pesquisas e Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Financeiramente, cooperam ainda a UFRJ, a Divisão de Cooperação Intelectual do Itamarati e empresas estatais e privadas interessadas em projetos de pesquisas tecnológicas.

Atualmente a COPPE desenvolve dez programas: Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Metalúrgica, Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Engenharia Naval, Engenharia Nuclear, Engenharia Bioquímica e Engenharia de Sistemas, sendo que o programa da penúltima começará este mês, e o da última em março de 1971. Além disso, há uma espécie de subprograma, a COPPETEC, que coordena a aplicação dos diversos ramos da Engenharia a projetos industriais.

A COPPE tem, atualmente, 465 alunos, dos quais 250 em regime de tempo integral, candidatos ao grau de Mestre em Ciências ou de Doutor. Os demais são técnicos de empresas privadas ou governamentais que realizam cursos específicos de treinamento.

Nos próximos 15 anos, segundo o Prof. Luís Alberto Coimbra, o Brasil precisará de pelo menos 10 mil mestres e doutores nos diversos ramos da Engenharia. Mas, adverte, se o Governo Federal der ênfase a um programa de desenvolvimento da tecnologia brasileira, essa necessidade pode chegar a 20 mil ou ir além.

No momento, excluindo o Programa de Engenharia de Produção —que tem sido intensamente procurado—os programas da COPPE ainda podem receber um total de aproximadamente 100 candidatos ao mestrado ou ao doutorado, porque seu corpo docente conta com 70 professores que podem orientar teses, o que permite a formação de 350 cientistas, considerada a relação professor-aluno de um para cinco.

Afirma o Prof. Luís Alberto Coimbra que o crescimento do interesse dos técnicos pelos cursos de pós-graduação é diretamente proporcional ao desenvolvimento tecnológico, em se tratando do caso da Engenharia. Assim, se o Brasil adotar a política de passar a

produzir os artigos industrializados que constam de sua pauta de importações, abrirá novos mercados de trabalho aos cientistas, fomentando a procura pelos cursos de pós-graduação. O fundamental para isto, considera êle, é romper o círculo vicioso dos negativistas ou conformistas: "O País não se desenvolve porque não tem cientistas e não tem cientistas porque não se desenvolve."

Precisamos Formar Mais Matemáticos

O Prof. Palis Júnior, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, é bastante otimista em relação à situação da Matemática no Brasil, cuja perspectiva está melhorando. Há em nosso País centros de pós-graduação de Matemática de muito boa qualidade, como o próprio IMPA, os Departamentos de Matemática e Informática da PUC-RJ, o Instituto de Pesquisa Matemática da Universidade de São Paulo, os Departamentos de Matemática da Universidade de São Carlos, SP, e das Universidades Federais do Ceará e de Pernambuco.

O Prof. Palis Júnior reconhece que há ainda uma grande tarefa a ser cumprida e, por isso mesmo, os esforços para levá-la a cabo devem ser redobrados. Uma boa medida nesse sentido é a exigência da formação de maior número de matemáticos nas instituições credenciadas de pós-graduação. Nesse sentido, o Colóquio Brasileiro de Matemática tem desempenhado um papel muito importante, reunindo alunos e professores. Através de convívio com os professores e discussões de temas de interesse mútuo, os alunos tomam consciência mais profunda do que é a Matemática, e se animam à pós-graduação.

"Como se vê", diz o Prof. Palis Júnior, "o trabalho de difusão da Matemática é lento, mas não tanto quanto se pensa. Se o processo em curso, de estímulo à atividade matemática, tiver continuidade, poderá formar-se todo ano um bom número de mestres e doutores, que terão as universidades como um de seus mercados naturais. O intercâmbio entre professores e alunos dos diversos núcleos gera, também, aumento da atividade matemática. Quanto melhores forem as condições de trabalho e maior o número de pessoas qualificadas, maior será a tendência do matemático para se radicar no Brasil. O aumento do número de matemáticos não pode ser um processo milagroso, mas progride, e todo apoio deve ser dado às instituições que dela se ocupam.

"O apoio financeiro que os órgãos do Governo dispensam a essas instituições", acentuou, "tem sido da maior relevância.

A atividade matemática é estimulada pelo Conselho Nacional de Pesquisas, o FUNTEC do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e a CAPES. Essa ajuda tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, e deverá crescer mais ainda, para atender às exigências do desenvolvimento do País. Nas nações desenvolvidas há grande entrosamento entre a universidade e a indústria no campo da Matemática. A procura da Matemática é, hoje, um fenômeno mundial, e o pessoal qualificado daqui tem mercado internacional."

Frisou o Prof. Palis Júnior, entretanto, que salários altos não têm sentido sem condições de trabalho, afirmando que "o matemático aqui é prejudicado do ponto de vista do salário. Ele vem e permanece porque quer participar do programa de desenvolvimento e de estímulo à tecnologia que o Governo está dinamizando. Quando um matemático volta ao Brasil por esse motivo êle quer ser útil. Para tanto as decisões no nível do ensino de sua matéria devem pertencer a êle."

Outra medida indispensável ao desenvolvimento da Matemática é a sua divulgação, disse o Prof. Palis Júnior. A geração atual de professores do IMPA iniciou seus estudos de Matemática em faculdades de Engenharia, que eram as instituições que ensinavam essa matéria até bem pouco tempo atrás. Eles descobriram sua vocação durante o curso, terminaram-no, visto que já estavam com meio caminho andado, e depois se doutoraram em Matemática. Embora haja progresso na divulgação da carreira e o ciclo básico favoreça melhores opções, deve ficar bem claro para o aluno do vestibular que o estudante de Matemática pode dedicar-se a várias atividades ligadas à pesquisa, à indústria e ao ensino.

Os núcleos de pesquisa matemática são essenciais à formação do professor universitário de qualidade. O próprio doutoramento envolve um trabalho original de pesquisa. Como toda atividade do pensamento, também a Matemática requer prática e vivência de seus assuntos, estimulando o aluno a estudar e a integrar-se cada vez mais na matéria. A pesquisa feita no IMPA, por exemplo, pode ou não ter uma aplicação imediata, mas o que importa é o caráter de progressiva integração na ciência. A aplicação imediata poderá ser feita pelo próprio matemático ou por físicos e matemáticos aplicados.

Engenheiro Florestal Tem Grande Futuro no Brasil

Nos últimos cinco anos já se formaram cerca de 350 engenheiros florestais, no Brasil. As duas escolas mais antigas são as de Curitiba

e Viçosa. Há apenas três anos está em funcionamento a Escola de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, localizada no quilômetro 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.

Este ano, a UFRu-RJ diplomará sua primeira turma, com 35 alunos, que cumpriram o curso de quatro anos e serão integralmente aproveitados com o máximo de rendimento por organismos regionais do Governo Federal, pelas Secretarias de Agricultura dos Estados e até pela rede bancária, que precisará desses engenheiros para a fiscalização do emprêgo dos financiamentos, de acôrdo com a orientação de incentivos do Banco Central para reflorestamento.

Para o Sr. Roberto Oneti Soares, Diretor do Departamento de Economia Florestal do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), e também professor da Escola, a Engenharia Florestal já é uma profissão com largos horizontes no Brasil, pelo imenso potencial florestal do País, que precisa ser estudado cientificamente, para ser tecnicamente utilizado em favor do bem-estar comum, porque, com o aumento da população em todo o mundo, estão rareando os recursos naturais. Isso coloca em situação crítica os combustíveis minerais, que não são renováveis e, segundo previsão dos cientistas, em pouco estarão esgotados.

Acentuou que a importância do engenheiro florestal é consequência da inesgotável fonte de matéria-prima que representam as florestas. No Brasil, o corte indiscriminado das nossas melhores espécies florestais tem acarretado sérios problemas para o conforto da população e a economia do País.

Salientou o fato de que com o desaparecimento das florestas algumas destas situações poderiam ocorrer simultaneamente: paralisação das hidrelétricas por falta de água, falta de água para as populações pelo esgotamento dos mananciais, invasão de cidades e campos de cultura por dunas, racionamento do papel—que seria vendido a pêsso de ouro—erosão dos morros e enchentes nas baixadas, para completar um quadro de miséria sem precedentes.

A função do engenheiro florestal é ajudar a preservação das florestas e sua utilização racional e científica, pois dêle hoje em dia dependem as indústrias que utilizam como base as matérias-primas naturais e artificiais das florestas; quanto às primeiras, o engenheiro florestal estuda a exploração e não permite sua destruição total; e quanto às últimas, age como planejador e pesquisador, construindo verdadeiras florestas, por métodos científicos capazes de produzir matéria-prima de qualidade, em quantidade e em menores espaços.

Entre as indústrias que empregam essa matéria-prima artificial estão as de madeiras, papel, "rayon", compensados, chapas de fibras, chapas de partículas, extrativas e preservativas, além da siderúrgica e da metalúrgica, esta com o carvão vegetal.

Outra incumbência do engenheiro florestal é a proteção e conservação da fauna, flora, bacias hidrográficas, solos e terrenos sujeitos a erosão.

A profissão do engenheiro florestal está regulamentada pela Resolução 186, de novembro de 1969, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e Agronomia, estendendo-se suas atribuições desde atividades aplicadas a fins florestais de topografia, foto-interpretção, hidrologia, irrigação, drenagem e açudagem, até instalações elétricas para fins florestais; construções para fins florestais (desde que não contenham estrutura de concreto ou aço); construção de estradas de exclusivo interesse florestal; defesa sanitária florestal; pesquisa, seleção, melhoria, introdução e multiplicação de matrizes, sementes e mudas no campo florestal; padronização, conservação, classificação, abastecimento e distribuição dos produtos florestais; reflorestamento, florestamento, adensamento e proteção das florestas; levantamento, classificação, análise, capacidade de uso, redistribuição, conservação e fertilização do solo; tecnologia, industrialização, arborização e administração de parques, reservas e hortos; fitopatologia, microbiologia, parasitologia e entomologia florestais; meteorologia, climatologia e ecologia; silvimetria, dendrologia e métodos silviculturais; extensão, cadastro, estatística e inventário de florestas; política e economia florestal; divulgação de técnicas florestais, perícias, avaliações, arbitramentos e laudos respectivos.

Os engenheiros florestais, uma vez formados, disse o Sr. Roberto Oneti, são procurados pelas indústrias que utilizam matéria-prima das florestas. O IBDF ainda é o maior empregador desses novos técnicos, tendo contratado só em 1969 cerca de 16 engenheiros florestais para a análise e fiscalização de projetos de reflorestamento. Está preparando um quadro para a contratação de mais cem, êste ano. Além disso, a SUDAM, SUDENE, SUDESUL, SUDECO e SUVALE e os Serviços de Florestas das Secretarias de Agricultura dos Estados oferecem vasto campo para essa mão-de-obra, devido sobretudo aos incentivos fiscais para o reflorestamento, adotados pelo Governo. Já existem 270 mil hectares de novas florestas, compostas de

pinheiros, eucaliptos e um por cento de essências nativas, como jacarandá, peroba, cedro, jequitibá e imbuia.

Comunicação de Massa em Busca de Nova Linguagem

"Eu te amo. Você é tudo para mim." Para os gramáticos, a construção da frase está errada. Mas para o escritor e professor de Comunicação Social Hélio Tys, o povo "erra na gramática mas acerta no sentimento." Para o Chacrinha, "quem não se comunica se *trumbica*"; e para o Prof. Celso Cunha, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "o desnível entre a linguagem falada e a escrita é o que torna difícil o ensino do Português e a alfabetização em massa."

Para que o desnível entre a linguagem falada e o Português escrito seja superado no Brasil, o Programa Interamericano de Estudos de Línguas (PIEL) está fazendo um levantamento para verificar o que está vivo e o que está morto em nossa linguagem. A coordenação das pesquisas, no Rio, está a cargo do Prof. Celso Cunha, membro do Conselho Federal de Educação, e os questionários já estão sendo preparados.

Duas pesquisas serão levadas a efeito no Rio. Uma para fazer o levantamento da linguagem-padrão da cidade e a outra sobre a linguagem do samba de morro. O que importa, realmente, "é a elaboração de uma gramática realista, capaz de permitir o ensino mais eficaz do Português." Para o Prof. Celso Cunha, coordenador do programa no Rio, "dispomos de uma gramática dissociada da realidade e uma língua cheia de coisas mortas." As pesquisas do PIEL serão efetuadas em toda a América Latina e, no Brasil, também em São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife. O Prof. Hélio Tys afirma que o problema foi levantado tarde demais, e lembra que Mário de Andrade, na época da Segunda Guerra Mundial, promoveu o I Congresso Nacional de Língua Cantada e debateu a necessidade de uma língua-padrão para o brasileiro. Mas, acrescentou:

"A verdade é que quem faz a língua é o povo. Aos gramáticos cabe apenas discipliná-la. E o que vem acontecendo é que estão tentando impingir ao povo uma linguagem que não é a dele, até mesmo por força de um convênio obsoleto com a Academia de Ciências de Lisboa."

Hélio Tys conta que, quando escreveu seu livro "Cara e

Coroa", um romance carioca, esbarrou na revisão da editora: "Quando eu escrevia *pra*, o revisor riscava e escrevia *para a*. Ora, não é nada disto. Ninguém fala *para a casa*". O que se diz mesmo é *pra casa*. São as burrices gramaticais que tentam impingir ao povo.

"A linguagem coloquial é o caminho certo. É a linguagem popular massificada. E ninguém recria esta maneira de falar. Ela existe por si só, e está solta nas ruas e nos bares. Cabe a nós, professores e gramáticos, usá-la oficialmente.

"Chacrinha", o animador de auditórios, é o mais recente fenômeno brasileiro em comunicação de massas. Uma frase sua, e o povo todo repete: "Quem não se comunica, se *trumbica*." E Chacrinha também apóia a pesquisa do PIEL: "O caminho é este mesmo. A linguagem do povo é a verdadeira. Eu, por mim, já faço isso há muito tempo."

Existem também os que não encontram nos trabalhos do PIEL grande valia. É o caso do filólogo Aurélio Buarque de Holanda, que considera "uma utopia essa pesquisa".

Outra opinião de peso é a do dicionarista e filólogo Antenor Nascentes: "Não há necessidade de pesquisas como essa, pois o fenômeno ocorre normalmente e daqui a alguns anos vários vocábulos e expressões populares serão oficializados, como já aconteceu. Um caso típico é o verbo *assistir*, considerado transitivo indireto. No entanto, o povo fala *assistir o jogo*. Quer dizer: o povo está transformando o verbo *assistir* em transitivo direto, o que será reconhecido mais tarde."

Recursos Naturais: Convênio USP—CNAE

O Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais, do Conselho Nacional de Pesquisas, assinaram convênio com o objetivo de ampliar a cooperação técnica mútua e, ao mesmo tempo, de intensificar os estudos sobre os recursos naturais do País.

Ao Instituto Oceanográfico caberá o planejamento e a execução das pesquisas nas atividades que são de seu interesse, fornecendo os meios de uso específico nessas atividades, enquanto que à CNAE o provimento de meios de emprêgo exclusivo em levantamento de recursos marinhos, planejamento e execução das missões aéreas de coleta de dados e o processamento dos dados aéreos e, futuramente, espaciais, e dos registros de campo.

Os resultados dos trabalhos serão divulgados conjuntamente pelo

Instituto Oceanográfico e pela Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

Criada uma Faculdade de Tecnologia em Sorocaba

O Governador Abreu Sodré assinou, em solenidade no Palácio dos Bandeirantes, decretos criando a Faculdade Estadual de Tecnologia de Sorocaba e a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Piracicaba.

"Estou cumprindo, assim, com minha obrigação de homem público, dando melhores condições de ensino em nosso Estado, e oferecendo oportunidades para todos, a fim de que a juventude possa construir o Brasil forte, justo e livre de amanhã"—disse o Governador paulista.

O Sr. Abreu Sodré afirmou que as novas escolas, criadas com currículos modernos, têm por objetivo "preparar a juventude para o novo surto de progresso de que o País se avizinha." E que a Escola de Tecnologia de Sorocaba, "da mesma forma que o Centro Estadual Tecnológico de São Paulo, recentemente criado, terá um ensino renovado e moderno."

Reforma do Ensino Primário e Médio

Para o Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura, Coronel Mauro Rodrigues, uma das grandes falhas do ensino tem sido o tratamento dos diversos níveis como compartimentos estanques, quando na verdade eles se interpenetram. A reforma do ensino primário e médio visa justamente a coibir esse desentrosamento.

De acordo com a orientação do Ministro Jarbas Passarinho, a reforma deverá estabelecer as bases para que o ensino deixe de ser apenas uma transmissão de conhecimentos teóricos e se transforme num aprendizado para a vida. Dentro dessa tese, o ensino fundamental transmitirá conhecimentos sobre higiene, sobre problemas comunitários, de modo que a criança se sinta como parte de um todo.

"O ideal seria dar formação profissional apenas aos 14 anos, mas", prosseguiu o Secretário-Geral do MEC, "atendendo à realidade brasileira, no quinto ano do curso primário a criança já terá recebido instrução profissional em algumas localidades. O MEC pretende mudar a feição do ensino brasileiro, evitando que o aluno desde o primeiro ano primário comece a ser preparado unicamente com a finalidade de ingressar na Universidade."

Ensino Superior em SP

O nível atingido por grande parte dos estabelecimentos universitários do Estado de São Paulo, alguns dos quais se situam entre os mais adiantados do mundo, contrasta com aspectos altamente negativos, em face da expansão desordenada do ensino superior.

É o que demonstra pesquisa levada a efeito em 1968 e 1969, pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), da Universidade de São Paulo, para as Secretarias de Educação e de Economia e Planejamento do Estado, pesquisa cujos resultados numéricos e respectivas análises constam do primeiro volume, que acaba de ser publicado, de relatório elaborado pelo Prof. José Pastore, ex-bolsista da CAPES.

Os dados do primeiro volume foram obtidos em 184 estabelecimentos. Os do segundo volume, cuja publicação está anunciada para breve, dizem respeito a 150 diretores e 7.400 alunos da terceira série, em 1969.

A pesquisa revela que é cada vez maior o número de faculdades, matrículas e diplomações, e cada vez menor o de professores, com uma parte insignificante deles em regime de tempo integral. Dos 184 estabelecimentos visitados 61 são oficiais (2 federais, 37 estaduais e 22 municipais) e 123 particulares. A interiorização do ensino superior fez com que as matrículas fora da Capital subissem de 10%, em 1940, para 47%, em 1968.

O relatório assinala as deficiências da maioria dos estabelecimentos particulares, sobretudo os que não podem prescindir de laboratórios e outras instalações dispendiosas. É habitual a existência de salas de aula, onde, de manhã, à tarde e à noite, se ministra ensino médio e superior. Todas as faculdades de Direito, Economia e Administração, e algumas de Engenharia, funcionam em horário diurno e noturno. Tem crescido tanto a preferência pelos cursos de Economia e Administração que em suas primeiras séries estavam matriculados 5.654 alunos, em 1968. Nas faculdades de Filosofia há nítida preferência pelo estudo de Letras, especialmente da parte das alunas.

Quanto à pós-graduação, o relatório esclarece que os dados obtidos na pesquisa não distinguem os cursos de pós-graduação propriamente ditos dos cursos de especialização e aperfeiçoamento. Por outro lado, a análise visa mais ao que foi observado em faculdades de Filosofia, Direito, Economia e Comunicações, onde os referidos cursos, que raramente conduziam ao mestrado ou ao doutorado, apresentavam as mesmas ou maiores deficiências que os de graduação.

Em face, todavia, do elevado número de "matrículas" em cursos

de tão baixo aproveitamento (5.854 naquelas e noutras faculdades, em 1968), o relatório admite que tal situação provém do interesse com que egressos da universidade procuram e conseguem meios de retornar a ela, não para aprofundar estudos, mas para prevenir ou remediar dificuldades impostas pela falta de trabalho.

A análise, entretanto, não se detém no ensino: estende-se à repercussão que as anormalidades verificadas estão causando ao exercício das profissões liberais, comprometendo, inclusive, atividades como a de engenheiro, cujo número, no Estado de São Paulo, sobretudo de engenheiros mecânicos, cresce em manifesta desproporção com a demanda local.

Fundado em modernos princípios de doutrina econômica e educacional, o trabalho do IPE prossegue na orientação e objetivos de estudos iniciados por outros especialistas, entre os quais o de Américo Barbosa de Oliveira e José Zacarias Sá Carvalho, promovido pela CAPES e editado em 1960.

CNPq Recebe Doação

O Conselho Nacional de Pesquisas recebeu a parcela inicial de uma doação de Cr\$ 75 mil—a primeira oferecida por uma empresa privada—destinada ao Programa para o Desenvolvimento da Química, executado em cooperação com a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos.

A doação foi feita pela Companhia Atlantic de Petróleo e cobre parcela das despesas com o programa, que prevê o intercâmbio de cientistas de alto nível, norte-americanos e brasileiros, objetivando a formação, para o Brasil, de pesquisadores de nível internacional.

UF de Goiás Terá Também o seu "Campus" Avançado

A Universidade Federal de Goiás anunciou a intenção de instalar em Pôrto Nacional um "campus" avançado, destinado aos estudantes universitários goianos. A iniciativa está baseada no êxito dos jovens integrantes do último Projeto Rondon, cuja atuação foi considerada de grande valia para a Região.

O "campus" contará com a participação de dez alunos, atuando por um período de 30 dias, além de professores. As áreas de ensino estabelecidas pela Reitoria para fornecer os estudantes são Medicina, Odontologia e Enfermagem, as mais necessárias. Os primeiros entendimentos já foram feitos com o Govêrno do Estado. Este será o quarto "campus" avançado em funcionamento no País.

Aspectos Internacionais da Educação

Crise Financeira Atinge Universidade Americana

Intimamente relacionado ao seu desenvolvimento científico e tecnológico, o ensino superior norte-americano está vivendo hora difícil. Várias instituições sofrem carência de recursos e pensam mesmo aumentar o valor de suas anuidades. Quem o afirma é o Irmão José Otão, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em artigo publicado no "Correio do Povo", de Pôrto Alegre.

"A grande nação americana", diz êle, "possui em tórno de quatro mil instituições de ensino superior, incluindo as Universidades, "Colleges", Institutos Tecnológicos e Seminários Maiores, onde estudam aproximadamente 7 milhões de jovens. Esses dados impressionam vivamente e revelam a existência de uma longa e crescente preocupação pela formação superior, pois, para montar essa gigantesca máquina foram necessários anos de árduo e acurado trabalho, sempre dentro de um planejamento atualizado. A formação superior ministrada nos "Colleges", com a duração de quatro anos, conduz o candidato ao bacharelado nos vários ramos. Os estudantes que seguem tais cursos são os "under-graduates", passando a "graduates" tão logo sigam uma Universidade com vista ao mestrado, também em vários ramos, ou ao doutorado, que exige estudo mais prolongado e tese original."

Explica o Irmão José Otão que nos Estados Unidos o Governo Federal não se ocupa de nenhum desses graus de ensino. É tarefa dos Estados e da iniciativa privada. Cada Estado, por sua vez, tem um sistema, que, embora não difira essencialmente dos demais, tem características regionais próprias. O ensino mantido pelos Estados é público e gratuito nos graus primário e médio, mas pago no grau superior. A iniciativa privada está presente em todos os níveis: no primário, por meio de numerosas escolas paroquiais; no médio, por bem organizadas "high schools"; e no superior por excelentes Universidades.

Há regiões no país onde predominam as instituições públicas e outras onde tem primazia o ensino particular, geralmente ocorrendo tais fatos em conseqüência da maior ou menor riqueza dos respectivos Estados.

As informações do Reitor José Otão encontram apoio em dados publicados pela revista "N. S. News and World Report", de junho do corrente ano, em que se afirma que a Universidade de Colúmbia projetara levantar 200 milhões de dólares em uma campanha de fundos e apenas conseguiu 50 milhões, enquanto que três outras instituições encerraram o ano letivo com *deficit*: Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), US\$ 2 milhões; Universidade de Stanford, US\$ 1,8 milhões; e Universidade de Saint Louis, US\$ 1,4 milhões.

Mas o problema atinge também as Universidades mantidas pelos Estados, particularmente as dos Estados de menos recursos, diz o educador brasileiro, citando tópico de documento emitido pela Associação das Universidades de Estado e dos "Land Grant Colleges", onde se afirma categoricamente: *"Este ano, como nunca ocorrerá antes, há sinais de inquietação a respeito da futura manutenção da escola superior pública."*

Enquanto isso, a Universidade de Vermont informa que aumentará de 600 para 750 dólares as taxas cobradas aos alunos do próprio Estado, e de 2.000 para 2.200 as cobradas aos alunos internos, de outros Estados. Disse ainda o reitor gaúcho que há uma perspectiva de diminuição ou, pelo menos, de não expansão das doações privadas às instituições acadêmicas, em virtude dos danos produzidos em muitas delas pelos estudantes nas greves do

mês de maio. De fato, milhões de dólares foram gastos na limpeza e reconstrução de prédios danificados pelos estudantes. Muitas instituições privadas, confessionais, foram secularizadas para poderem obter recursos do Estado ou do Governo Federal, destacando-se a Fordham University, e outras, sem dúvida, seguirão o mesmo caminho se quiserem subsistir. Os "Colleges" pequenos, declara John Mareland, Reitor do Lakeland Collège, não conseguirão resistir.

Estes fatos, segundo o Reitor da PUC do Rio Grande do Sul, mostram ao vivo as dificuldades pelas quais passam as instituições escolares norte-americanas. O problema foi destacado no nível universitário, mas existe também, embora em escala menor, no ensino primário e médio. Em conseqüência, alguns Estados já aprovaram legislação que permite ajuda oficial ao ensino privado. Há, todavia, reações violentas em alguns lugares, especialmente na Califórnia, lideradas quase sempre pela Associação Nacional dos Professores Públicos, fato estranho, pois as verbas públicas provêm dos impostos pagos por todos os cidadãos, parecendo natural deverem servir para benefício de todos.

Para o observador brasileiro essas "dificuldades econômicas" são, em grande parte, conseqüência da inflação que atingiu em cheio os Estados Unidos. Embora seja difícil falar em números, pelas notícias dos jornais, conclui-se ser essa inflação da ordem de 10 a 15%, taxa elevadíssima, e totalmente desconhecida em outras épocas."

"Não há dúvida", diz o Irmão José Otão, "de que os programas espaciais, a Guerra no Vietname, os compromissos no Camboja e outros, estão a exigir somas astronômicas que implicam majoração de impostos e, conseqüentemente, aumento do custo de vida no país, aumento que pode ser constatado por qualquer pessoa que já tenha estado nos Estados Unidos e retorne agora." E acentua:

"Eu não tenho dúvida, porém, que o povo norte-americano vai enfrentar estes problemas com a coragem de sempre e que, em futuro muito próximo, reencontrará a fartura e a abundância no setor econômico, de modo a dar às suas instituições escolares, públicas ou privadas, o apoio de que necessitam."

Ford Vai Premiar Criatividade Jovem

O Programa Internacional de Escritores da Universidade de Iowa, Estados Unidos, abriu inscrições para jovens escritores inte-

ressados em desenvolver sua criatividade literária, durante o ano acadêmico iniciado este mês e que termina em junho de 1971.

Três escritores brasileiros já participaram, nos últimos anos, daquele programa, com bolsa da Fundação Ford—Luís Vilela, ganhador do Prêmio Nacional de Ficção da Fundação Cultural do Distrito Federal (1967); Luís Carlos Dolabela. Chagas, menção honrosa no Concurso Walmap (1967), e Afonso Romano de Santana, que acaba de receber o Prêmio Mário de Andrade, do Instituto Nacional do Livro.

Dirigido pelo poeta laureado Paul Engle, o Programa Internacional de Escritores reúne anualmente em Iowa escritores jovens de todo o mundo que já tenham demonstrado seu talento e vocação literária.

Os participantes têm tempo integral para se dedicar à literatura. A direção do programa providencia contatos com editores e escritores norte-americanos. Eventualmente podem fazer conferências, exposições e viagens culturais pelo país.

Este programa é apenas parte de um empreendimento mais amplo da Universidade de Iowa, que também mantém curso para escritores norte-americanos, convidando alguns nomes famosos da literatura mundial para lecionar e dirigir seminários.

No intuito de tornar mais divulgada essa possibilidade para novos escritores brasileiros, a Fundação Ford está abrindo inscrições para candidatos que tenham interesse em passar nove meses escrevendo em Iowa.

Bolsas de Estudo na Espanha

A Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrônomos, de Madri, Espanha, realizará de outubro de 1970 a junho de 1971 um curso de pós-graduação sobre Mecanização Agrária. Serão concedidas bolsas de viagem, as quais poderão ser solicitadas ao Instituto de Cultura Hispânica, Madri-3, Espanha. Informações adicionais podem ser obtidas na Embaixada da Espanha (Rua Duviérier, 43—salas 201/202—Rio de Janeiro, GB).

Atos Oficiais

Dec. nº 66.643, de 29-5-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito de Araraquara, SP (D.O. de 1-6-70).

Dec. nº 66.650, de 1-6-70—Aprova o Estatuto da Universidade Federal de Alagoas (D.O. de 3-6-70).

Dec. nº 66.662, de 5-6-70—Reformula a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (D.O. de 8-6-70).

Dec. nº 66.686, de 10-6-70—Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e a Guiana (D.O. de 11-6-70).

Dec. nº 66.692, de 11-6-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Educação Física de Santo André, SP (D.O. de 12-6-70).

Dec. nº 66.723, de 16-6-70—Concede reconhecimento à Faculdade de Ciências Contábeis de Itapetininga, SP (D.O. de 17-6-70).

Dec. nº 66.764, de 19-6-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis de Sobral, CE (D.O. de 24-6-70).

Dec. nº 66.767, de 24-6-70—Reconhece o Curso de Engenharia Eletrônica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (D.O. de 25-6-70).

Dec. nº 66.768, de 24-6-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (D.O. de 25-6-70).

Dec. nº 66.769, de 24-6-70—Concede reconhecimento à Faculdade de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (D.O. de 25-6-70).

Dec. nº 66.770, de 24-6-70—Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá, MG (D.O. de 25-6-70).

Dec. nº 66.795, de 29-6-70—Autoriza o funcionamento da Escola de Educação Física de Assis, SP (D.O. de 30-6-70).

Dec. nº 66.810, de 30-6-70—Aprova o Estatuto da Universidade do Amazonas (D.O. de 2-7-70).

Dec. nº 66.812, de 30-6-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Direito Estácio de Sá, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, GB (D.O. de 1-7-70).

Dec. nº 66.835, de 3-7-70—Autoriza o funcionamento do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (D.O. de 7-7-70).

Dec. nº 66.849, de 6-7-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências e Pedagogia, em Lages, SC (D.O. de 7-7-70).

Dec. nº 66.855, de 7-7-70—Autoriza o funcionamento do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação de Minas Gerais (D.O. de 8-7-70).

Dec. nº 66.857, de 8-7-70—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu, RJ (D.O. de 9-7-70).

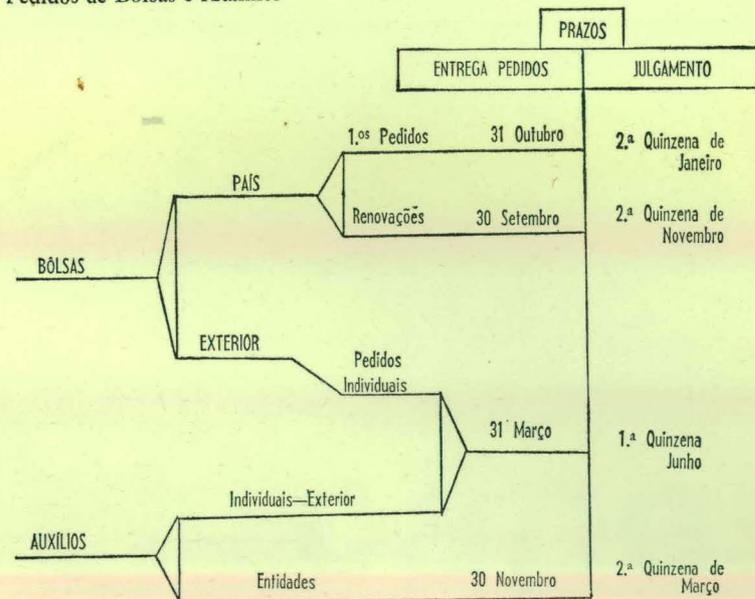
CFE

Foram nomeados membro do Conselho Federal de Educação: Prof. Abgar Renault (D.O. de 1-6-70); Prof. Gladstone Chaves de Melo (D.O. de 6-7-70).

Diretor

- Foram nomeados Diretor:
- da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Santa Maria, o Prof. Hélio Homero Bernardi (D.O. de 2-6-70);
 - da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Prof. José Paulo Lopes Pontes (D.O. de 12-6-70);
 - do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco, o Prof. Júlio de Carvalho Fernandes (D.O. de 14-7-70);
 - do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Alagoas, o Prof. Talvanes Augusto de Barros (D.O. de 14-7-70);
 - do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Alagoas, o Prof. Aloysio Américo Galvão (D.O. de 14-7-70);
 - da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, o Prof. Osvaldo de Miranda Barros (D.O. de 14-7-70);
 - da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, o Prof. Alfredo Ramiro Basto, (D.O. de 14-7-70).

Cronograma Pedidos de Bolsas e Auxílios



VALORES ATUAIS

- a) Bolsas de Estudo no País
 - Nível A**, aperfeiçoamento, qualificação técnica e estágio sem visar à obtenção dos títulos de Mestre ou de Doutor: Cr\$ 500,00(*)—Cr\$ 650,00 (**).
 - Nível B**, pós-graduação I, **sensu stricto**, durante o primeiro ano: Cr\$ 750,00 (*)—Cr\$ 900,00 (**).
 - Nível C**, pós-graduação II, **sensu stricto**, a partir do segundo ano: Cr\$ 900,00 (*)—Cr\$ 1.100,00 (**).
 - (*)—candidato residente na mesma área de localização do Centro de Treinamento.
 - (**)—candidato residente fora da área de localização do Centro de Treinamento.
- b) Bolsas de Estudo no Exterior.
 - Mensalidade**—bolsista solteiro, US\$ 225,00
bolsista casado, US\$ 375,00
 - Taxas Escolares**—quando devidamente comprovadas e essenciais ao cumprimento do programa.
- c) Auxílio Individual—passagem de ida e/ou volta do bolsista entre o local de sua moradia e o da realização do curso ou estágio.

IMPORTANTE

- 1—Após o julgamento e aprovação do pedido da bolsa não haverá reajuste nas mensalidades por motivo de casamento.
- 2—Só serão concedidas bolsas e auxílios para cursos e estágios de, no mínimo, 4 meses, no País, e de 6 meses, no Exterior, e no máximo 12 meses. Nos casos de cursos de Mestrado ou de Doutorado, a bolsa poderá ser renovada, dependendo, entretanto, das informações do orientador do bolsista sobre seu aproveitamento.

NOTA—A matéria deste Boletim poderá ser republicada no total ou em parte, ou refundida, desde que mantido seu espírito.

Composto e impresso no
Setor de Artes Gráficas da
Escola Técnica Federal
"Celso Suckow da Fonseca"
Rio — 1970